

# Cabral diz que Sarney tem direito a 6 anos

Brasília — Luciano Andrade

BRASÍLIA — O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, disse no programa *Encontro com a imprensa*, da Rádio JORNAL DO BRASIL, que o mandato de seis anos do presidente José Sarney é "um direito instituído" pela atual Constituição, a mesma que convocou a Constituinte e que definiu o mandato de prefeitos, vereadores, governadores, deputados e senadores. "Ou a atual Constituição vale para todos, ou se convocam eleições gerais", afirmou o deputado. Ele separou em duas vertentes de opinião a questão do mandato presidencial, uma jurídica e outra política. "A jurídica, na qual me incluo, reconhece o mandato de seis anos como direito instituído. A vertente política vai ser definida pela Assembleia Nacional Constituinte".

Cabral informou que manterá em seu relatório a fórmula aprovada pela Comissão Temática, que prevê o término do mandato do presidente Sarney em 15 de março de 1990, deixando para o plenário a decisão da questão. Embora também tenha incluído o sistema de governo entre as questões polêmicas que deverão ser definidas pelo plenário, foi mais positivo ao defender o sistema parlamentarista de governo em sua forma mais pura.

Segundo declarou no mesmo programa, que foi ao ar às 13h de ontem, Cabral adotou a fórmula parlamentarista mais clássica, proposta pelo senador Afonso Arinos, mas prevendo que ela passará a ter vigência apenas no mandato do sucessor do presidente Sarney. "A partir de então, quem fosse chefiar o governo saberia que está sendo eleito para presidente de um sistema parlamentarista", afirmou, argumentando ser necessário tempo para que o país se prepare para o novo sistema de governo.

Quanto à reforma agrária, Cabral acusou "grupos extremados, ora à esquerda, ora à direita", de dificultarem um acordo", com a intenção de retardar o entendimento, jogando a questão para o plenário, onde será instaurado "um clima de inquietação e de agitação". Para ele, "não se deve tratar a reforma agrária de forma emocional, pois a convulsão social já se instalou no campo".



Cabral — ao lado de Ulysses, Arinos e Fernando Henrique — deu muitas explicações

## Durante três horas, sucessão de queixas

Bernardo Cabral anunciou aos líderes partidários que lerá um substitutivo "consensual". Lidos por Cabral os pontos polêmicos de seu substitutivo, o líder do PDT considerou a reunião uma "tertúlia homologatória do que já foi decidido". O líder do PC do B, Haroldo Lima (PMDB-BA), disse que os partidos foram ultrapassados e "fez-se um substitutivo de grupos ou amigos do relator". O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (AM), considerou a proposta parlamentarista "uma salada, onde cada estado decide se terá primeiro-secretário ou não". O líder do PMDB, Mário Covas, deixou escapar: "Até fiquei tonto".

A cada uma das queixas, durante a reunião de três horas na sala da Comissão de Justiça do Senado, o relator Cabral anotava e respondia: "Estou anotando as sugestões, o substitutivo não está pronto". Surgiu, inclusive, um mistério. Nos computadores do Congresso alguém, não identificado, incluiu no texto de reforma agrária que seria, e foi, lido pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) uma frase sobre a "devolução de terras, com correção monetária", toda vez que a Justiça se pronunciasse contrária a um processo de reforma agrária já realizado.

— Não é isso que escrevemos — bradou Euclides Scalco (PMDB-PR), um dos autores do texto que ia sendo lido por Fernando Henrique. O próprio senador explicou: "Li sem perceber, mas não foi o que escrevemos. Foi o senador Virgílio Távora (PFL-CE) quem me deu o texto". Távora garantiu que assim o recebeu, e Scalco prometeu: "Vamos achar quem mexeu no computador".

Foi uma polêmica reunião onde se discutiam os assuntos polêmicos, ou nem tanto, que vêm sendo debatidos ao longo da Constituinte. "A única discriminação que temos a fazer, a aposentadoria aos 30 anos de serviço, não queremos que caia, com a aplicação deste limite para 35", protestou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). A deputada considerou "ótimo" o texto no capítulo das Forças Armadas. José Genoíno (PT-SP) considerou "pés-simo" e Brandão Monteiro "igual ao da Constituição de 1960".

Como a proposta de reforma agrária não contemplava com indenização as matas naturais desapropriadas, o líder do PFL, José Lourenço (BA) gritou: "Os verdes se tornaram vermelhos", e Roberto Freire (PE) líder do PCB, tomou as dores: "Os comunistas nada têm com isto". José Serra (PMDB-SP) percorria a sala avisando que nada tinha com a proposta de aposentadoria da mulher aos 35 anos de trabalho: "Estão me intrigando".

Haroldo Lima chamou o deputado e coronel do exército reformado Virgílio Távora de "coronel" e Távora devolveu: "Respeito, hein, menino." Covas entendeu que a proposta de reforma agrária apresentada é "ruim" porque não estabelece a função social", e Vivaldo Barbosa do PDT, discordou em um cochicho: "Não, líder, sem a função é mais fácil ainda".

## Relator esconde seu anteprojeto

Não há consenso entre os constituintes a respeito dos motivos que levaram o relator Bernardo Cabral a não apresentar aos líderes de partidos um texto completo de seu anteprojeto. Na opinião de um deputado do PDT, ele está fazendo um inteligente jogo de cena; já um senador do PMDB comentou que Cabral está sendo esperto porque, se apresentasse agora o seu trabalho, sofreria uma violenta pressão do deputado Ulysses Guimarães.

O fato é que não há um texto pronto. O próprio Bernardo Cabral disse, durante sua curta palestra, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que existe um único exemplar do rascunho, cujo texto não foi distribuído a ninguém, "nem ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte". É verdade, também, que este rascunho contém algumas idéias definidas por consenso e projetos de artigos que ainda não receberam a redação final. "O projeto tem menos de 300 artigos", disse o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), relator adjunto, que só possui uma relação do que foi aprovado ou suprimido. Mas os artigos ganharam nova numeração, e ninguém sabe exatamente quantos são.

No rascunho que o deputado Bernardo Cabral levou para a reunião de ontem, estão definidos os seguintes pontos:

**Reforma agrária** — O projeto restabelece por inteiro o *caput* do artigo 161 da emenda nº 1, de 17 de outubro de 1969. Este texto concede à União o poder de promover a desapropriação, independentemente da função social da propriedade. Ficam mantidos com redação diferente os artigos primeiros, que determina à União prever no orçamento a verba para as desapropriações; e, segundo, que obriga a regulamentação do assunto por lei ordinária, vale dizer através do Estatuto da terra. "A Constituição cria o conceito e a lei ordinária cria o processo", disse um dos

participantes da redação deste documento.

**Regime de governo** — O projeto adota a emenda Afonso Arinos, que cria o parlamentarismo no modelo alemão, na íntegra. As disposições transitórias, que serão redigidas pessoalmente pelo relator Bernardo Cabral, tratarão do mandato do atual presidente e da data de implantação do novo regime no país. A tendência é a de que o relator seja omissivo nesta questão e reflita o consenso possível dentro da Comissão.

**Anistia** — Adotou-se o texto do deputado Almir Gabriel que foi trabalhado desde a comissão dos trabalhadores e funcionários públicos. Não impõe a reintegração dos punidos ou cassados.

**Seguridade social** — Houve um consenso com base no projeto Hércules. Cria-se um orçamento social e também um sistema único de saúde, mas as empresas privadas não ficam impedidas de operar no setor. Sesc, Sesi, Senai e Senac continuam a existir como entidades autônomas, mas passam a integrar este sistema do orçamento social. Na discussão deste capítulo houve divergências entre o grupo do deputado Carlos Sant'Anna — considerado muito progressista — e do ministro Raphael de Almeida Magalhães, que mostrava receio com os excessivos gastos no setor.

**Justiça militar** — Esta justiça especializada continua com a mesma competência de que dispõe atualmente, podendo, inclusive, julgar civis.

**Justiça** — O Supremo Tribunal Federal permanece com sua competência intocada e realizando também o papel de corte constitucional. A vitalidade de seus ministros permanece. Fica criado o Tribunal Superior de Justiça, com 33 membros? e a competência do atual Tribunal Federal de Recursos.

**Comunicações** — Fica criado o Conselho de Comunicações. Todas as

concessões de rádio e televisão dependem da aprovação do Congresso Nacional. Haverá um decurso de prazo. O Congresso terá um prazo definido para se pronunciar sobre o assunto, se não o fizer a concessão estará automaticamente aprovada.

**Ordem econômica** — Foi mantido integralmente o capítulo previsto no "projeto Hércules". A empresa de capital nacional é aquela em que os detentores do capital são brasileiros natos residentes no Brasil. Ficou mantida, também, a definição da "empresa brasileira de capital estrangeiro".

**Estabilidade no emprego** — O relator recorreu ao ministro Almir Pazzianotto que produziu um texto, objetivando "a estabilidade do empregado e não do emprego", segundo Bernardo Cabral. O artigo prevê que "fica garantida a permanência no emprego, vedada a demissão imotivada ou sem justa causa".

**Forças Armadas** — Ficam subordinadas ao presidente da República, a serviço da Ordem Constitucional de toda a Nação.

O texto do relator Bernardo Cabral resulta, em mais da metade dos artigos, do projeto Hércules, coordenado pelos senadores virgílio Távora e José Richa, e dos artigos provenientes do projeto apelidado de "Cabralzão" — que é o texto original da Comissão de Sistematização. Existem, ainda, três textos que completam as principais influências. Um, sem um responsável direto, resulta do trabalho de assessores da Câmara; outro, do assessor do senador Mário Covas, sr. José Afonso; e outro, do jurista Sérgio Ferraz, procurador no Rio de Janeiro. Da comparação dos cinco textos resultou o consenso em vários pontos. Todos concordaram, por exemplo, em que o país tenha três orçamentos: o da união, o das empresas estatais e autarquias, e o orçamento social.

## Parlamentarismo é aperfeiçoado

A pedido do relator Bernardo Cabral, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) aperfeiçoou a proposta de sistema parlamentar elaborada pela Comissão de Organização dos Poderes, reduzindo o capítulo de 35 para 25 artigos. O presidente da República, que no projeto inicial era apenas o chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas, passa a ser também árbitro do Governo, conduzindo a grande política nacional.

O projeto tenta ainda silenciar os que rejeitam o parlamentarismo com o argumento de que o Brasil não tem estrutura para reorganizar rapidamente a burocracia nas quedas do primeiro-ministro. O artigo 161 dispõe que a lei ordinária deverá estruturar o Secretariado permanente dos Ministérios, o qual deverá ser organizado em carreira, com recrutamento mediante concurso público de provas e títulos. Por esse artigo, todos os ministérios passarão a ter uma estrutura semelhante à do Ministério das Relações Exteriores.

A formação do Gabinete e a dissolução da Câmara ganha artigos mais esclarecedores. Ao inaugurar a Legislatura, o presidente da República deverá ouvir o partido ou coligação majoritária antes de indicar um candidato a primeiro-ministro, o qual, em dez dias, deverá comparecer à Casa já com um programa de Governo. Nos cinco dias seguintes, será realizada votação e o candidato será nomeado se obtiver a maioria absoluta dos votos da Câmara.

Não sendo alcançada a maioria absoluta, haverá nova votação, nomeando-se o candidato que obtiver a maioria simples. Não sendo aprovada a indicação do presidente da República, a Câmara elegerá sozinho o primeiro ministro que terá de obter a maioria absoluta.

## Covas sai se PMDB não retomar sua ideologia

Brasília — Luciano Andrade

BRASÍLIA — Preocupado com o distanciamento cada vez mais nítido entre o PMDB e os seus compromissos eleitorais, o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, disse que, se o partido não retomar sua ideologia, começará a pensar em abandoná-lo. Acrescentou que "ou o Brasil faz eleição presidencial no próximo ano, ou enfrentará uma crise muito séria".

Covas adverte preliminarmente que sua posição não exprime qualquer má vontade com o presidente José Sarney e seu governo, mas com a questão política da legitimidade de um governante que foi eleito em cima de um compromisso para ficar quatro anos no poder. "O povo que aceitou a transição política, via colégio eleitoral, vinculou aquela eleição a um período transitório, não superior a quatro anos. Sarney não pode, portanto, ficar mais tempo", diz o senador.

Ele acha que o PMDB está pagando um preço muito alto por ter aceito uma composição com o PFL, e entende que hoje a Aliança Democrática só existe na ficção. "O PMDB e o PFL são partidos inimigos na maioria dos estados, e não há mais como sustentar essa ficção. O PFL só não é inimigo do PMDB em estados onde é realmente muito fraco, como em São Paulo."

"Para o povo, o próprio governo pemedebista que aí está é resultado de uma composição com uma parcela do regime anterior. Portanto, não há mais como sustentar isso. Tem que haver eleição para presidente", continua o senador. Com esse mesmo raciocínio lógico, ele explica por que a sucessão do presidente Sarney não deve ocorrer logo no



Covas: eleições ou crise

início do próximo ano, como desejam alguns constituintes de esquerda. Ele diz que a Assembleia Constituinte também é um compromisso da Aliança Democrática, e é um dever do PMDB e PFL deixar que ela consuma sua missão. A legislação ordinária resultante da Constituinte só será votada no primeiro semestre do próximo ano.

Sempre preocupado com a falta de definição ideológica do PMDB, partido que abriga vários discursos, desde os favoráveis à desapropriação de terras mesmo produtivas até os que desejam retirar o assunto Reforma Agrária da Constituição, Mário Covas só vislumbra uma maneira de sanar a crise. "Chegamos à etapa na qual, para manter a construção da democracia, é necessário eleger um novo presidente. Só se resolve a crise atual colocando-se o poder em disputa."